

# Diálogo Imaginário sobre Política de Drogas no Brasil

**LUIZ EDUARDO SOARES**

**Luiz Eduardo Soares:** antropólogo e cientista político, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, secretário municipal de assistência social e prevenção da violência de Nova Iguaçu, ex-secretário nacional de segurança pública, e autor, entre outros livros, de *Legalidade Libertária* (ed. Lumen-Juris, 2006).

**Palavras-chave:** drogas, legalização, Brasil.

Para apresentar aos leitores um quadro vivo das posições antagônicas em choque na sociedade brasileira a respeito da política de drogas, segue-se um diálogo imaginário, na tv, entre dois personagens fictícios, que personificam, de um lado, o pólo conservador, cuja presença na mídia é esmagadoramente majoritária, e, de outro, o pólo reformador, cuja atuação pública permanece marginal e tímida. O confronto de idéias se dá sob a forma de perguntas –provocativas e plenas de valor, carregadas de pressupostos, emitidas por uma repórter a quem se deu o nome Ana Matos– e respostas, enunciadas por um deputado que propõe mudanças, a quem se deu o nome Teófilo Alcântara. Não há tal político no Brasil: nenhum deputado atualmente com mandato ousou erguer a bandeira que o corajoso protagonista ficcional levantou. Esse fato é, em si, relevante e significativo. Já a repórter, esta sintetiza a postura e o pensamento de um grande número de jornalistas realmente existentes.

O presidente citado na entrevista é um personagem fantasioso –assim como sua disposição de tematizar essa problemática tabu.

A entrevista, com pequenos ajustes, foi inspirada em experiências vividas pelo autor do presente texto –o qual não é e nunca foi deputado.

A referência às imagens exibidas na abertura da entrevista imaginária ajuda a desenhar a paisagem mental, ideológica, semiológica e política em que se sucedem indagações e respostas.

*Locutora, repórter Ana Matos (em off):* «As drogas são um flagelo da humanidade. A guerra contra as drogas tem consumido bilhões de dólares e muitas vidas».

Imagens mostram aviões espargindo uma nuvem de gás para destruir plantações. Corte. Imagens focalizam a queima de toneladas de drogas empilhadas.

*Locutora (ainda em off):* «E nem sempre as vítimas das drogas são os consumidores. A violência tem sido um dos principais efeitos colaterais das drogas ilegais».

Imagens mostram tropas policiais subindo favelas, no Rio de Janeiro, e trocando tiros com suspeitos.

Cenas dantescas de confronto sangüinário prosseguem, enquanto a voz em *off* declama os dados: «No Rio de Janeiro, em cada ano, ocorrem mais de seis mil homicídios dolosos; mais de quatro mil desaparecimentos; mais de mil mortes provocadas por ações policiais; mais de doze mil armas apreendidas. O mercado milionário das drogas financia os arsenais ilegais e espalha o terror pela cidade».

O foco se desloca para o estúdio, exibindo a repórter e locutora, Ana Matos.

*Locutora:* Para discutir o problema, o presidente da República, João de Souza, recebeu uma delegação, liderada pelo deputado federal Teófilo Alcântara.

Imagens mostram homens e mulheres, vestidos informalmente, sendo recebidos no gabinete presidencial.

*Locutora (novamente, em foco):* Está conosco, ao vivo, em nosso estúdio de Brasília, o deputado Teófilo Alcântara. Boa noite, deputado. Qual foi a proposta que o senhor levou ao presidente?

Deputado: Boa noite, Ana. Fui ao presidente com representantes de várias entidades que atuam na área da saúde, da prevenção ao abuso de drogas, da redução de danos e do tratamento da dependência química. Apresentamos ao presidente a proposta de

que ele abra um grande debate nacional sobre a política de drogas. Nosso desejo é criar um ambiente mais propício a um debate mais sério sobre o assunto.

*Mas isso não é muito acadêmico, deputado? Enquanto as pessoas estão se drogando, traficando, matando e morrendo, o senhor propõe um debate?*

Não queremos organizar nenhum seminário acadêmico, Ana. Queremos um debate nacional para chegar a uma decisão. Se possível, uma decisão que mude nossa realidade.

*Que decisão seria essa?*

Defendo a descriminalização dos usuários e a legalização das principais substâncias psicoativas, hoje consideradas ilegais, eliminando o crime de tráfico de drogas de nosso código penal. Começaríamos pela droga mais leve. Pode ser que o único consenso venha a ser a legalização da *canabis sativa*.

*A maconha.*

Exatamente. Nossa idéia é que, depois de determinado prazo, durante o qual se processaria o debate em todo o país, o presidente convocasse um referendo em torno do tema.

*Quer dizer, o povo seria chamado a votar a favor ou contra a maconha.*

Não a favor ou contra essa ou aquela droga, mas a favor ou contra determinada forma de tratar o problema.

*Mas o senhor não corre o risco de ser visto como defensor das drogas? O presidente estaria disposto a correr esse risco?*

O risco existe, sim. Quanto ao presidente, só ele mesmo pode avaliar e responder. Acredito que ele esteja disposto a enfrentar o risco, porque tem adotado atitudes ousadas em outras áreas, como temos visto. Além disso, Ana, acho que a população já está madura para compreender que quem defende mudanças na política de drogas não está defendendo as drogas, mas uma outra maneira de lidar com o problema, que

talvez seja mais produtiva, sensata, racional e eficiente. Deixar como está é que não dá. Será que as pessoas estão satisfeitas com a situação atual, com tanta gente morrendo, com tanta violência e tanta corrupção?

*Deputado, a descriminalização e a legalização não seriam, na realidade, uma capitulação, uma declaração de falência e de derrota, por parte da segurança pública? Não seria mais correto aperfeiçoar as polícias e combater melhor as drogas, para resolver de vez o problema?*

Ana, nenhuma polícia conseguiu a proeza de acabar com o comércio ilegal das drogas. Até nos Estados Unidos, que investiram bilhões na guerra às drogas, o consumo vem se mantendo inalterado. Chega a ser irônico: os Estados Unidos venceram a guerra-fria, demonstrando ao mundo que era impossível controlar o mercado, quer dizer, sufocar uma demanda real da sociedade e impedir que a oferta se organize. Onde há demanda, há oferta, de um modo ou de outro. Os países do socialismo real tiveram de se render ao mercado. O máximo que se consegue é regulá-lo e submetê-lo a alguma disciplina, de acordo com o interesse social. Mais do que isso é ilusão. Uma sociedade tutelada pelo Estado, com distribuição de renda perfeita e orientada por princípios sociais justos, é uma utopia. Aliás, é um pesadelo sombrio e perigoso, porque junto com a liberdade de mercado vão embora as liberdades individuais e a democracia. É irônico que sejam exatamente os Estados Unidos que estejam, agora, à frente dessa política repressiva cuja meta é controlar, ou melhor, eliminar o mercado de drogas. Esse controle não aconteceu até hoje, nem há sinais de que possa vir a acontecer no futuro, por mais que as polícias se aprimorem e qualifiquem, tecnologicamente. A menos que estejamos dispostos a sacrificar a democracia. Mas não é o que queremos.

*O senhor está dizendo que nenhuma polícia do mundo funciona?*

Estou afirmando o que está aí diante de nós: no mundo ocidental, onde há demanda por drogas ilegais, nenhuma polícia, por melhor que seja, tem sido capaz de impedir o acesso às drogas, de bloquear esse consumo e esse mercado. A falha não é das polícias brasileiras. Nenhuma polícia do mundo teve êxito, simplesmente porque a repressão ao consumo e à circulação de drogas é, na democracia, uma missão impossível. Droga não é, não pode ser uma questão de polícia, de repressão, de criminalização e de encarceramento. Droga é uma questão de saúde pública, de educação, de cultura, de auto-gestão da sociedade, de amadurecimento, de

aprendizado com liberdade, como demonstra o tratamento que temos conferido a algumas drogas atualmente consideradas legais, como o álcool e o cigarro -a nicotina-, males muito mais graves, aliás, para os quais ninguém está propondo a criminalização.

*Então, o acesso às drogas existe, em todo o mundo. É isso o que o senhor está dizendo?*

Exatamente isso, Ana. O acesso às drogas ilegais existe em todo o mundo ocidental. A pergunta que deveríamos fazer é a seguinte: já que o acesso existe, apesar da proibição, em que contexto legal e institucional seria melhor viver esse acesso? No contexto da proibição e da criminalização, em que o consumo e o comércio são tratados como casos de polícia e acabam gerando essa guerra que nos atinge a todos? Ou no contexto em que drogas ou substâncias psicoativas são tratadas como temas de saúde e educação? No primeiro caso, os recursos públicos são gastos na repressão e no encarceramento, e ainda assim a insegurança se aprofunda e o consumo de drogas aumenta. Na segunda hipótese, os recursos públicos poderiam ser investidos em saúde e educação, e no atendimento aos dependentes químicos –que já existem e continuarão a existir, mais ou menos na mesma quantidade, porque, volto a lembrar, a despeito da criminalização, o acesso já existe.

*Como é que o senhor pode saber que o consumo não vai explodir? A legalização não seria um estímulo ao consumo?*

As experiências internacionais, mesmo limitadas, são suficientes para demonstrar que, no começo, há um crescimento do consumo, mas aos poucos a tendência é o retorno à média histórica e a estabilização. Quer dizer: depois de idas e vindas, vai usar droga quem sempre usou. Mesmo que houvesse um aumento significativo e duradouro, ele nunca seria comparável aos efeitos da política atual. Com a legalização, o tráfico acaba. Atualmente, no estado do Rio, por exemplo, morrem menos de cem pessoas, anualmente, por consumo excessivo de cocaína. Quantas morrem na guerra do tráfico? Dos mais de seis mil crimes letais que acontecem todo ano no estado do Rio, supõe-se que cerca de 65% têm relação direta ou indireta com o tráfico. Nosso problema não são as drogas; é o tráfico, que só existe por conta da criminalização.

*Mas se o tráfico deixar de existir, para onde vão os traficantes? Vão estudar e trabalhar, para se tornarem bons pais de família? Ou vão descer os morros para assaltar e seqüestrar?*

Os rapazes que já estão no tráfico, provavelmente, vão buscar outros usos para suas armas e não vão deixar o crime de um dia para outro. Mas os jovens que ainda não ingressaram no tráfico, embora sejam vulneráveis à sua influência e estejam na porta de entrada, esses vão perder a principal motivação. Lembre-se do seguinte, Ana, as condições sócio-econômicas que favorecem o desenvolvimento do tráfico não produzem efeito sozinhas, por si mesmas. Elas são um potencial, mas esse potencial só se realiza se houver um empreendedor recrutando, atraindo, oferecendo facilidades, apontando caminhos, induzindo, empurrando, seduzindo quem está próximo e se expõe a essa convocação. Ou seja, a crise social é um terreno fértil, mas o fruto, que é o crime, só virá se houver sementeira e coleta. Quando os traficantes forem forçados a mudar de ofício, mesmo dentro do universo criminoso, todo esse cultivo vai ser dificultado. Uma coisa é pôr uma arma na mão de uma criança de 11 anos –ou dar-lhe fogos- e mandá-la vigiar a entrada do morro, de cima de uma laje. Outra coisa muito diferente seria preparar uma criança dessa idade para descer ao asfalto e cometer um crime que envolve outros riscos, procedimentos e habilidades. Essa transição de uma prática para outra não é fácil nem automática, e cria mil empecilhos para o recrutamento de jovens por parte do crime, obstando, portanto, o processo de reprodução dos contingentes criminosos.

*Isso acontece no varejo do comércio ilegal de drogas, deputado, mas o que vai ocorrer no atacado?*

Vai haver um esvaziamento das atividades perigosas e nocivas, também na esfera do atacado. Por que você acha que nunca se discute a sério a política de drogas? Tem muita gente que se beneficia, direta e indiretamente, do fato de que as drogas são ilegais. Isso as torna valiosíssimas, o que aumenta o lucro dos operadores do atacado.

*Quer dizer que a política atual reflete o interesse dos criminosos?*

Não chegaria a dizer isso, nesses termos, mas que há alguns interesses fortes na manutenção da ilegalidade, há. No entanto, eu acho que o principal obstáculo ao debate crítico sobre o assunto tem sido o seguinte: as camadas médias e as elites já resolveram o problema, à sua maneira, privatizando a solução.

*Não entendi, deputado. Que solução seria essa?*

Quero dizer o seguinte: quando um jovem de classe média é pego pela polícia com drogas, em geral, o pai recebe um telefonema e, em uma hora, a liberdade do filho foi negociada por um preço conveniente. Por isso, quem analisa os relatórios das Varas da Infância e da Juventude, em todo o Brasil, praticamente não encontra registro de casos envolvendo jovens de classe média, brancos, moradores das áreas nobres das cidades. Será que, em nosso país, só meninos pobres vivem problemas com a lei por conta de relação com drogas? Os meninos de classe média não se envolvem com drogas? Claro que sim. Mas só os pobres são identificados pela polícia e punidos pela Justiça. Nas entidades sócio-educativas, assim como nos cárceres, só estão os filhos da população de baixa renda, residente nas vilas, favelas e periferias das grandes cidades. O filtro seletivo da polícia e da Justiça talvez seja a manifestação mais ostensiva e despudorada das desigualdades sociais.

*O senhor quer dizer que a política de drogas vigente não tem sido questionada porque os que sofrem seus efeitos são os mais pobres?*

Justamente. Os mais ricos, como eu disse, resolveram o problema privatizando a solução. Ao invés das instituições coercitivas e dos cárceres, os seus filhos, quando são pegos com drogas, são liberados em troca do pagamento de uma propina e acabam sendo encaminhados para terapias e outras modalidades de atenção especial.

*O senhor está dizendo que a lei não é igual para todos porque a polícia a aplica com dois pesos e duas medidas.*

Exatamente.

*Essa é uma acusação muito grave contra a polícia, deputado.*

De jeito nenhum, Ana. Essa é uma denúncia contra a corrupção ativa praticada pela classe média e pelas elites. Seria uma grande hipocrisia culpar a polícia, que, nesse caso, não faz mais do que aceitar o jogo que setores da sociedade lhe propõem. O que eu digo é o seguinte: se a polícia e a Justiça decidissem aplicar a lei de drogas com equidade, isto é, do mesmo modo para todos, em poucas semanas a lei cairia. A classe

média não suportaria ver seus filhos nos cárceres e nas entidades punitivas, chamadas quase ironicamente «sócio-educativas». Os formadores de opinião escreveriam nos jornais contra o absurdo de uma lei que trata como criminoso quem se envolve com a droga. Em pouco tempo, o Congresso Nacional estaria discutindo o assunto e revendo a política de drogas.

*E o senhor quer que haja esta revisão antes mesmo que a classe média se mobilize.*

Sim, porque os efeitos nocivos dessa política de drogas irracional e hipócrita, adotada no Brasil, estão aí, afetando apenas determinadas parcelas da sociedade. Parcelas majoritárias, mas, politicamente, sem organização e voz suficientes. Pelo menos até agora. De hoje em diante, com o presidente à frente do movimento pela revisão da política de drogas, o panorama vai mudar.

*Deputado, ainda não está claro. O senhor não está dividindo a sociedade brasileira entre ricos e pobres, de uma forma simplificador e maniqueísta?*

Não sou eu quem está dividindo a sociedade. A divisão existe. É profunda e se manifesta de muitas maneiras. Esse processo nada tem de simples. É complicado e multi-dimensional. Mas, quanto ao tema que nesse momento estamos discutindo, pode ser descrito com palavras simples e diretas: criminalização da pobreza. Trata-se disso, Ana. Soa ultrapassado. Parece um discurso arcaico, de tempos passados, fora de moda, mas, infelizmente, nossa realidade ainda apresenta características arcaicas que a modernização não superou. Pelo contrário, agravou, aprofundou e qualificou com ingredientes de uma nova complexidade.

*Mas alguns analistas consideram que tem havido algum abrandamento na política de drogas, que teria se tornado menos repressiva, mais flexível, dando aos juízes mais liberdade para julgar de acordo com as circunstâncias, distinguindo em cada caso se há tráfico ou apenas compra para consumo. Alguns dizem que a legislação mais recente passou a ser um pouco mais tolerante com os usuários. O que o senhor acha dessas opiniões?*

Discordo, Ana. Ou melhor, concordo quanto ao fato de que os usuários têm sido tratados com mais flexibilidade. No entanto, a introdução na legislação de dispositivos que conferem aos juízes mais espaço para a discricionariedade não tem reduzido a desigualdade no acesso à Justiça. Pelo contrário, a tem ampliado. Veja:

quando avaliam o significado da quantidade de droga ilegal apreendida com alguém, os juízes tendem a interpretar segundo o mesmo viés de classe e cor, responsável pela seleção discriminatória com que operam, tradicionalmente, as instituições da segurança pública e da Justiça criminal. Ou seja, quando se trata de um portador branco de classe média, aceita-se mais facilmente a postulação da defesa, segundo a qual, se o volume apreendido é grande, isso se deveria ao fato de que a pessoa tem medo de dirigir-se a traficantes para comprar drogas e prefere adquirir uma quantidade maior para evitar que seu vício imponha um convívio perigoso e indesejável; ou se preparava para uma festa, na qual compartilharia as drogas com os amigos. Quando se trata de portador negro e pobre, morador da periferia ou de favelas, a mesma quantidade é interpretada como sinal indiscutível de envolvimento com tráfico – o qual implica encarceramento e penas longas. É impressionante como nosso país que se pretende democrático, cuja Constituição afirma a vigência do Estado Democrático de Direito, que defende a equidade no acesso à Justiça, aceita conviver com essas desigualdades, com essa discriminação. A própria distinção entre consumo e tráfico é arbitrária e reproduz a criminalização da pobreza: um jovem pobre vende maconha a um jovem rico. O primeiro é um criminoso hediondo; o segundo, um viciado. A flexibilização legal, no Brasil, facilita a vida do segundo, tendendo a vitimizá-lo, ao preço da demonização do primeiro. Ocorre que entre elas passa o abismo de nossa versão nativa do *apartheid* social.

*Falta saber o seguinte, deputado. Se não houvesse esses efeitos sobre a desigualdade e se as polícias e a Justiça não funcionassem desigualmente, o senhor concordaria com a criminalização das drogas?*

Você se refere ao álcool? Ao cigarro? Aos remédios com efeitos iatrogênicos graves?

*Vamos ficar com o caso da maconha, por enquanto.*

Defendo a legalização e defenderia mesmo na hipótese que você mencionou. Não aceito que o Estado invada e controle a vida privada, desde que o que se faça não produza danos para terceiros. Fumar em lugares públicos prejudica a saúde de terceiros. Beber e dirigir, também. Fumar maconha e dirigir teria de ser proibido.

*O maior questionamento aos defensores da legalização e da descriminalização talvez seja aquele que se refere à política internacional. Seria possível mudar o modo de lidar com as*

*drogas apenas na esfera nacional, ou uma transformação de paradigma dessa magnitude exigiria um novo pacto internacional, ou seja, teria de ser uma decisão transnacional?*

Claro que há importantes aspectos internacionais envolvidos. Mas esse argumento, quando levado a extremos, serve para justificar a paralisia decisória e funciona como um obstáculo intransponível, que nos condena a adotar uma posição resignada e conservadora. O fato de haver relevantes implicações globais não impede a adoção de novas políticas nacionais, de novas leis e de novas atitudes.

*O que o senhor propõe, no caso de que as mudanças se tornem possíveis: a criação da Maconhabrás, uma empresa estatal que monopolize e comercialize a maconha? O senhor preferiria pequenas cooperativas locais de plantadores domésticos? Ou o setor deve ser aberto à exploração capitalista no mercado livre?*


Sei que esse é um terreno fértil para as ironias e oferece um repertório saboroso para a desmoralização das posições libertárias. Eu diria que a sociedade precisaria envolver-se numa discussão séria. Primeiro, estabelecendo os parâmetros legais e políticos. Depois, avaliando, com prudência, as etapas, os processos, os métodos e as estratégias de implementação das mudanças.

*E no caso dos abusos? O que fazer para lidar com o sofrimento psíquico e a dependência? Não estamos numa espécie de disneylândia, deputado.*

Tratamento, informação, cuidado, orientação quanto à qualidade do produto e aos riscos do abuso: tudo isso é fundamental, mas tem de ser situado em um contexto adequado, como aprendemos a fazer com o álcool. Estamos longe de ter resolvido o problema do alcoolismo, mas sabemos que o caminho mais saudável e construtivo envolve auto-gestão, informação, apoio, limitações. O mesmo dá-se com o tabaco, a nicotina, o cigarro. Disciplinar o consumo, proibir a propaganda, divulgar informações: esses passos substituem com vantagens a criminalização.

*O tema ainda vai dar o que falar, deputado.*

É verdade, a polêmica está apenas começando.

*Obrigado, deputado Teófilo Alcântara. Ainda nessa edição: corte no número de ministérios gera protestos em Brasília. E no próximo bloco: dólar sobe e juros caem, com a flexibilização do superávit primário. O presidente diz que o orçamento é uma peça de ficção, que pode nos cegar para as prioridades. Reforma das polícias, investimento em educação, reforma agrária e distribuição de renda: o governo redefine suas prioridades. Daqui a trinta segundos, no Rede Brasil de tv. *

Este artículo es la versión original en inglés de «Un diálogo imaginario (pero probable) sobre un cambio de la política de drogas en Brasil», incluido en NUEVA SOCIEDAD N° 222, julio-agosto de 2009, ISSN 0251-3552, <[www.nuso.org](http://www.nuso.org)>.